



e-l@tina

Revista electrónica de estudios latinoamericanos

[e-l@tina](#) es una publicación del
Grupo de Estudios de Sociología Histórica de América Latina ([GESHAL](#))
con sede en el
Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe ([IEALC](#))
Facultad de Ciencias Sociales
Universidad de Buenos Aires

Uma abordagem histórico-hermenêutica dos relatórios do desenvolvimento humano (PNUD/ONU)¹

María José de Rezende

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Docente e investigadora na área de Sociologia na Universidade Estadual de Londrina (UEL- Pr- Brasil). E-mail: mjderezende@gmail.com

Recibido con pedido de publicación: 23 de septiembre de 2014.

Aceptado para publicación: 2 de diciembre de 2014.

¹ Este artigo é parte dos resultados de pesquisa do projeto, intitulado “O combate às desigualdades em suas múltiplas dimensões: as propostas dos RDHs das Nações Unidas entre 1990 e 2010”, em execução desde 2013. Projeto registrado sob n. 08825/2013 PROPEG/UEL.

Resumen

Uma abordagem histórico-hermenêutica dos relatórios do desenvolvimento humano (PNUD/ONU)

Os Relatórios do Desenvolvimento Humano, ao longo de suas vinte edições, são fontes de inúmeros diagnósticos sobre as causas e as consequências da inércia (de governantes e da sociedade civil) diante da pobreza extrema e da falta de acesso à educação e à saúde de uma parte expressiva da população do planeta. Neles estão contidas, também, muitas prescrições de ações e de procedimentos para ampliar as chances de que o desenvolvimento humano abarque aqueles indivíduos que têm suas expectativas e perspectivas reduzidas a zero em razão dos profundos processos de exclusão a que estão submetidos. Serão expostos, neste artigo, os vários desafios de realizar, sobre estes documentos, uma análise que seja histórico-hermenêutica e, ao mesmo tempo, capaz de captar os sentidos e os significados das ideias e propostas como expressão das relações de interdependência entre diversas configurações (organismos internacionais, estados, governantes e organizações da sociedade civil).

Palabras claves: Desenvolvimento humano; Hermenêutica; Visão de mundo; Significados; Interpretação.

Summary

A historical-hermeneutic approach of the human development reports (UNDP/UN)

The Human Development Reports, over their twenty editions, are sources of numerous diagnoses about the causes and consequences of inertia (on the part of the government and civil society) in face of extreme poverty and lack of access to education and health of a significant portion of the world population. They also have many prescriptions of actions and procedures to increase the chances that human development encompasses those individuals who have their expectations and perspectives reduced to zero, due to the severe processes of exclusion to which they are subjected. In this paper we will show the various challenges of conducting, on these documents, an analysis that is historical-hermeneutic and at the same time, able to capture the senses and meanings of ideas and proposals as an expression of interdependence between different configurations (international organizations, states, governments and civil society organizations).

Keywords: Human development; Hermeneutic approach; Worldview; Meanings; Interpretation.

Introdução

Os documentos escritos guardam, de modo geral, informações de grande relevância para a compreensão da vida social. Em torno deles gravita uma parte expressiva das pesquisas nas Ciências Sociais e Humanas. Os Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs), encomendados, encampados e editados, anualmente, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), não podem ser tomados somente como mais um amontoado de dados, diagnósticos (sobre a vida social, econômica e política), prescrições e propostas diversas para amenizar, na atualidade, os riscos inerentes à pobreza e a desigualdades intensas. Parte-se do entendimento de que eles são materiais relevantes para compreender o momento histórico atual, já que registram aspirações, desejos, crenças, perspectivas, expectativas, intencionalidades, motivações e interesses diversos.

Parte-se do pressuposto de que é um equívoco tomar, apressadamente, tais relatórios como desprovidos de significado, de sentido, de importância. É enganoso, também, supor que eles sejam somente propagandas políticas de alguns grupos de interesses (países ricos, grupos dirigentes e dominantes, organismos internacionais, equipes técnicas, intelectuais, entre outros). É certo que eles condensam muitas vozes e diagnósticos acerca dos processos sociais e políticos. Mas, estas vozes, ainda que exista interface com o que propõem alguns governantes e lideranças políticas internacionais, são também de acadêmicos, técnicos e militantes políticos de organizações diversas. Os RDHs² representam, na atualidade, uma tentativa de agrupar inúmeras informações, muitas das quais colhidas, se bem que indiretamente, de debates, discussões, pesquisas e investigações produzidas ao longo de anos pelas Ciências Sociais e Humanas sobre pobreza, desigualdades, participação política, democracia, acesso à educação e à saúde.

Podem-se ter dois entendimentos acerca desta relação entre os argumentos e as propostas presentes nos relatórios e as pesquisas e estudos sociológicos sobre os temas abarcados anualmente no interior dos documentos. O primeiro é extraído dos escritos de Michel Foucault (2004; 2005; 2013) acerca da utilização do saber sociológico, jurídico, médico, entre outros, para construir inúmeros discursos prescritivos, diagnósticos e práticas sociais³. Não há dúvida que os relatórios trazem, todos os anos, centenas de prescrições para diminuir a pobreza, as desigualdades, as exclusões, as privações e as impotências políticas que acometem uma parte expressiva da população do planeta. E o fazem lançando mão de muitos saberes sociológicos que foram sendo incorporados, por muitos profissionais e técnicos, para o entendimento quase corriqueiro da vida social.

O segundo entendimento sobre a relação entre as ideias, as propostas e os saberes sociológicos, contidos nos RDHs, pode vir dos escritos de Anthony Giddens (1989; 1996) acerca da dupla hermenêutica⁴, a qual diz respeito aos processos de “interação interpretativa mútua entre as Ciências Sociais e as atividades que constituem seu objeto de estudo” (Peres Jr.; Pereira, Oliveira, 2012: 1). Há, então, a necessidade de levar em conta que há uma “significativa transferência da linguagem científica para os discursos políticos, midiáticos e de senso comum, num processo particularmente poderoso de dupla hermenêutica” (Sebastião, 2013: 23).

² Os RDHs estão sendo editados, anualmente, desde 1990. Entre eles, ver: (PNUD/RDH, 1990; 1995; 1997; 2002; 2005; 2010; 2013).

³ Regina Tralhão (2009: 14) afirma que as genealogias de Foucault se “constituem análises críticas-históricas traçadas no sentido de produzirem identidades, selves, normas sociais e instituições que são indissociáveis do papel das ciências humanas e médicas na modelagem e na formação duma sociedade disciplinar”.

⁴ Não há como, neste artigo, abordar os principais embates históricos, filosóficos e sociológicos acerca da hermenêutica. Sobre eles, ver: (Dilthey, 1942; 1988; Foucault, 2004; 2013; Gadamer, 1998; Giddens, 1989; 1996; Ricouer, 2000; 1988; Thompson, 1995). Derivam deles inúmeras discussões na atualidade (Bauman, 2010; Sampaio Silva, 2013; Rudiger, 2009; Dias, 1998; Soares, 1988).

O papel interpretativo do analista social acaba sendo importante neste processo de produção dos relatórios. Isto porque, conforme discute Bauman (2010), “o analista social enquanto mediador entre diferentes mundos sociais, enquanto intérprete de culturas diferentes (...)” (Tralhão, 2009: 24) passa a ter seus estudos e pesquisas, de uma forma ou de outra, incorporados ao modo de organismos internacionais, técnicos, governantes, lideranças da sociedade civil, entre outros, retratarem a vida social. Não há dúvida de que os formuladores dos RDHs, conquanto nem sempre de modo explícito, lançam mão das reflexões feitas pelos cientistas sociais sobre participação política, democracia, desigualdades e pobreza.

Se a primeira investida em direção à análise do documento deve estar acompanhada do desvendamento do contexto histórico no qual ele foi produzido (Queiróz, 2008), isto exige que se faça uma articulação entre as narrativas veiculadas nos relatórios e o contexto social, econômico, político, cultural e intelectual gerador delas. Por este caminho, faz-se necessário valorizar o documento, como portador de significados que podem ajudar a desvendar uma época, não somente pelo que ele oculta, mas, principalmente, pelo que ele explicita das relações entre múltiplas configurações interdependentes (estados, organismos internacionais, movimentos sociais, partidos políticos, governos, associações profissionais e econômicas, organizações não-governamentais, instituições sociais e políticas) as quais devem ser entendidas, conforme diz Elias (1999: 142), como um feixe de tensões flexíveis que tornam possível um entrançado de inter-relações, situações e circunstâncias.

Por configuração⁵ entendemos o padrão mutável criado pelo conjunto dos [agentes] – não só pelos seus intelectos, mas pelo que eles são no seu todo [na] totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos [agentes], que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários (Elias, 1999: 142).

Em razão de este estudo ter como fonte de pesquisa os documentos intitulados RDHs, exige-se que a análise se atenha ao que é dito, ou seja, o objeto da argumentação. Desse modo, esta pesquisa está à procura da relação entre o texto e o contexto social, econômico e político nos quais ele está sendo produzido. Interessa examinar o significado do que é posto no texto, mas isto está sempre balizado pela necessidade de entender o que é dito, a linguagem a partir de uma lógica figuracional. Os diagnósticos acerca das condições de privação (de renda, de educação, de saúde, de participação política, de moradia, de saneamento, de água potável) e as prescrições de ações e de procedimentos para alcançar o desenvolvimento humano têm de ser compreendidos à luz das orientações de Norbert Elias (1998; 1999; 2001) para quem as “ações e ideias não podem ser explicadas e entendidas se forem tratadas isoladamente; elas precisam ser entendidas e explicadas dentro do esquema da figuração” (Bauman, 2010: 197), ou seja, levando-se em conta como os diversos indivíduos, grupos humanos, organizações e instituições atuam combatendo e/ou reiterando processos de desequilíbrios de poder.

⁵ O conceito de configuração aplica-se tanto a pequenos quanto a grandes grupos de pessoas. Todavia, para que haja figuração é necessário que existam relações de interdependências (Elias, 2001). Organismos internacionais, estados, governos, nações, partidos, associações de modo geral, movimentos sociais, sindicatos, partidos, professores de uma escola, estudantes, administradores escolares formam configurações diversas.

Em busca de um caminho para a análise dos RDHs: os muitos desafios enfrentados nos procedimentos de pesquisa

Conforme foi dito, anteriormente, a análise hermenêutica dos RDHs será norteadada pela tentativa de compreender e interpretar como os enfoques escolhidos, pelos formuladores e encampadores dos relatórios, para registrar dados, informações, diagnósticos, prescrições e propostas, expressam um conjunto de embates, acordos, desacordos, consensos, dissensos e disputas entre estados, organismos internacionais, governantes, lideranças políticas diversas e organizações e associações da sociedade civil. Os argumentos postos nos textos não podem ser tomados de modo isolado, separado do contexto histórico propulsor de enfrentamentos diversos, entre os mais variados agrupamentos e segmentos sociais, acerca das soluções possíveis para as situações de pobreza e exclusões extremas que vigem em várias partes do mundo, hoje.

Considera-se que é possível uma análise dos relatórios dentro da perspectiva hermenêutica porque ela está voltada para a compreensão do significado construído, por seus elaboradores, acerca das ações e procedimentos que possam, embora supostamente, levar ao desenvolvimento humano. Allan Johnson (1997) afirma que é imprescindível à perspectiva hermenêutica o exame do contexto no qual uma fala, um texto, um discurso, uma narrativa, um argumento foram produzidos. Há dois processos que têm de ser considerados, o momento histórico em que tais materiais foram gerados e o momento em que os pesquisadores os estão analisando. No caso dos relatórios, deve-se considerar que as análises realizadas, no limiar do século XXI, são praticamente coincidentes com os momentos em que eles estão sendo produzidos.

Este estudo parte do pressuposto de que a hermenêutica, aplicada às investigações sociológicas, pode e deve ser tomada, conforme propõe John B. Thompson (1995), como um referencial metodológico, que deve associar diversos procedimentos de pesquisa a fim de fazer todo o percurso que a investigação hermenêutica exige: “1)- Análise sócio-histórica, 2)- análise textual (a qual pode ser de diversas natureza, tais como: semiótica, narrativa, sintática, argumentativa), 3)- Interpretação/(re)interpretação”⁶ (Thompson, 1995: 365).

Acredita-se que é possível combinar a proposta de análise de Norbert Elias e a de John B. Thompson, uma vez que ambos pressupõem uma análise histórica, não obstante com orientações distintas. Para os dois as narrativas, os argumentos e os discursos não podem ser tomados isoladamente, mas dentro de um contexto sócio-histórico. Evidentemente, Elias está muito mais propenso a buscar os jogos configuracionais, que tornam possível compreender um dado contexto interacional sustentador de determinadas ações, relações, ideias, interesses, interdependências e desequilíbrios de poder, do que em buscar “as maneiras pelas quais o significado serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (Scott, 2010: 107), de acordo com o que sugere Thompson ao dar centralidade ao estudo da ideologia.

Conquanto se considere possível fazer uso parcial do referencial da hermenêutica de profundidade proposto por John B. Thompson, no que tange aos três passos anteriormente mencionados, os estudos dos RDHs não estão sendo feitos somente para “examinar o modo como estruturas de significação são mobilizadas para legitimar interesses setoriais de grupos hegemônicos” (Scott, 2010: 107). É preciso considerar, conforme alerta N. Elias (2001: 120), que algumas vezes é

⁶ Há um debate substantivo sobre a possibilidade ou não de tomar a hermenêutica como referencial metodológico. Sobre isto ver: (Gadamer, 1998; Ricoeur, 2000; 1988; Thompson, 1995; Souza Santos, 1989). Soares (1988); Bauman (2010); Rudiger (2009); Dias (1998) entram neste debate com contribuições significativas.

pouco eficaz o conceito de ideologia, principalmente, quando ele “está marcado pela representação de uma falsificação determinada por certos interesses”.

Não se está dizendo, de modo algum, que os relatórios não estão repletos de ideologias. É claro que eles estão. Pode-se, facilmente, encontrá-las quando os formuladores dos relatórios, intencionalmente, ou não, equiparam um ideal de combate à pobreza extrema, às desigualdades, às privações com o que têm sido as políticas atuais. São perceptíveis ideologias também quando, nos RDHs, os ideais e as metas parecem confundidos com os fatos a ponto de dificultar distinções importantes. Assim, é detectável o enaltecimento de ideologias nos momentos em que o desenvolvimento humano parece ser convertido numa fé social através de uma valoração extremada de expectativas e perspectivas que podem ser irrealizáveis.

No livro “A sociedade dos indivíduos”, Norbert Elias (1994) fornece muitas pistas para as dificuldades que a análise sociológica enfrenta, ao lidar com o desafio de compreender, simultaneamente, os embates entre as muitas configurações, as relações de interdependências e os valores que dão significado a ações, ideias, discursos, argumentos, narrativas, práticas e procedimentos reforçadores de outros valores. Discernir, no âmbito das forças sociais exercidas pelas pessoas, grupos, instituições, organizações, configurações, associações, etc., os valores ideológicos passa a ser um enorme desafio que não pode ser resolvido quando se situa a análise inteiramente na busca de “uma falsificação determinada por certos interesses” (Elias, 2010: 120). Não há dúvida que, no caso da análise dos RDHs, as ideologias são evidenciadas quando a pesquisa capta o modo como o desejado tenta se confundir “com o que existe observavelmente” (Elias, 1994: 74).

Esta análise não se atém somente à busca, no interior do texto, de uma estrutura argumentativa, embora ela seja relevante para a análise dos relatórios, porque ela pode sem dúvida, conduzir, conforme diz Elias (1999: 143), a “substantivos desumanizados”, ou seja, a certa autonomia do argumento em relação às complexidades configuracionais geradoras dele. A análise das interações sociais e dos elos de interdependências entre as diversas figuras (estados, movimentos sociais, organismos internacionais, associações políticas e outros agrupamentos diversos) é que pode lançar luzes sobre as prescrições, diagnósticos, narrativas, argumentos e ideologias presentes nos RDHs.

Assim, conquanto se tenha a perspectiva figuracional de Norbert Elias como base das reflexões sobre os RDHs, considera-se possível fazer, para os propósitos deste trabalho, uma aproximação com o referencial metodológico de John B. Thompson, no que diz respeito, especificamente, à hermenêutica de profundidade. Isto é possível porque, posto que haja diferenças entre eles no concernente a questões teórico-metodológicas e de procedimentos de pesquisa, os dois estão preocupados com as formas simbólicas e seus significados “produzidos nos processos de interação” (Retondar, 2008: 8). A diferença mais marcante entre esses dois pensadores está no modo deles conceberem os contextos de interação.

Thompson ressalta “os processos de interação em conexão com os contextos socialmente estruturados” (Retondar, 2008: 8), enquanto Elias pensa os contextos em vista das estruturas, a estruturada e a estruturante, ao mesmo tempo. Ele recusa a ideia “de que a sociedade é constituída por estruturas que nos são exteriores” (Elias, 1999: 15). Esta diferença tem implicações significativas para a análise dos RDHs. Em Elias, a “representação simbólica dos processos” (Elias, 1994^a: 3) deve ser compreendida em vista de que “todas as sociedades humanas partilham entre si um fundo comum de experiências e, portanto, de conhecimento” (Elias, 1994^a: 5). A seu ver, toda forma de comunicação, escrita, falada ou gesticulada, pressupõe a existência de interações que tornam possível entender, aceitar e/ou recusar o que o outro deseja comunicar.

Tendo-se os escritos de Elias como inspiração, pode-se dizer que os RDHs constituem-se uma forma de comunicação acerca dos problemas sociais, no limiar do século XXI, inscrita num certo

grau de interação entre os diversos grupos humanos que formam a humanidade hoje. Esses documentos encomendados pelo PNUD têm ganhado espaço nos debates públicos atuais, não porque veiculam esta ou aquela ideologia, mas porque expressam debates que, de uma forma ou de outra, estão no centro de muitas preocupações políticas atuais, até mesmo aquelas oriundas de organizações da sociedade civil.

Os RDHs não estão sendo pensados como uma produção ideológica de um grupo x ou y de interesses, mesmo porque eles contêm muitas vozes que se cruzam de maneira bastante complexa. Existem, ao longo de décadas, demandas de movimentos sociais que aparecem convertidas em propostas de ações no âmbito dos relatórios; há, também, vozes de governantes, técnicos, intelectuais, organismos internacionais, entre outras, que estão, de alguma forma, presentes no interior dos documentos. Por essa razão, as análises dos relatórios têm-se detido em demonstrar como eles podem ser tomados como uma forma de simbolizar diversas lutas entre uma multiplicidade de configurações no mundo, hoje. Os argumentos dos elaboradores destes documentos estão sendo pensados em vista disto.

Os RDHs como expressão de uma dada visão de mundo presente nos jogos configuracionais no limiar do século XXI: em busca dos significados de seus argumentos e narrativas

Conforme foi dito anteriormente, parte-se do pressuposto de que os RDHs expressam, em larga medida, uma dada visão de mundo, cuja compreensão só é possível se as constatações, análises e propostas, contidas nos relatórios, forem estudadas à luz do momento histórico em que elas estão sendo geradas. Os textos encomendados e encampados pelo PNUD refletem sempre um conjunto de jogos configuracionais em múltiplos níveis⁷, porque há competição, dentro de regras estabelecidas, entre os diversos grupos incumbidos de produzir, divulgar e aplicar as recomendações dos relatórios. Tanto o PNUD quanto as Nações Unidas formam configurações de múltiplos níveis, já que eles contêm, na sua composição, atuação e funcionamento, interações de várias outras configurações (estados, governos, instituições, associações e organizações diversas)⁸. É um modelo de jogos que entrelaçam ações, interesses e fins diversos. A criação e a manutenção deste tipo de documento envolvem “processos inerentemente complexos de interpenetração” (Elias, 1999: 79) de visões de mundo, de posturas políticas, de interesses, de atitudes, de motivação, de intencionalidade, de perspectivas e de expectativas.

Assim, os elementos objetivos e subjetivos compõem a visão contida nos RDHs acerca de um mundo inquestionavelmente pobre, desigual, inseguro e desequilibrado em razão do fato de que uma parte expressiva do planeta não possui qualquer possibilidade de intervir nos processos decisórios. Por que pensar isto tudo a partir da noção de jogos configuracionais? Porque os RDHs expressam, claramente, em suas centenas de páginas, ao longo de 20 anos, que há desequilíbrios de poder no mundo em vários níveis. Tais desequilíbrios tendem a ser percebidos nas dimensões mais diversas

⁷ Norbert Elias (1999: 87) discute sobre como os modelos de jogos revelam “modelos de processos de interpenetração” e de interdependência. Segundo ele, o que vem à tona em tais modelos são as maiores ou menores diferenças de poder entre pessoas, grupos e figuras. Há jogos de muitas pessoas em um só nível, jogos multipessoais em vários níveis, jogos de dois níveis (de tipo oligárquico e/ou de tipo democrático simplificado por exemplo) e assim por diante.

⁸ “Os modelos de jogo são uma forma excelente de representar o caráter distintivo das formas de organização que encontramos no nível de integração que as sociedades humanas representam” (Elias, 1999: 105).

(locais, regionais, nacionais, continentais, mundiais, etc.) dos processos de interdependência, competição e conflito que são evidenciados no interior dos relatórios.

O RDH de 1992, intitulado “Uma nova visão sobre o desenvolvimento humano internacional”, se ocupa de discutir os desequilíbrios de poder e de oportunidade econômicos entre as diversas nações. Há um processo competitivo que sufoca os países pobres e os empurra para situações que promovem, em larga escala, graus elevadíssimos de insegurança humana, entendida como aquela ancorada na privação extrema (de renda, de acesso à saúde, à educação, à moradia, à participação política) de grandes contingentes populacionais.

Ao destacar que os mercados internacionais favorecem os países mais ricos e que isto gera, através de várias políticas, o crescimento de oportunidades econômicas para as pessoas do hemisfério norte, ao assinalar que, em tais condições, há, seguidamente, o rebaixamento dos preços nos mercados de produtos primários (café, chá, azeite, cacau, borracha, juta e minérios como zinco e cobre) que afeta os países pobres e as pessoas pobres cujas atividades estão ligadas a esses produtos, e, ao ressaltar, que as formas de empréstimos vindos do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial não têm ajudado, e sim agravado, a situação das populações mais pobres, os elaboradores do RDH de 1992 deixam evidente que há tanto um embate político acerca dos processos competitivos entre nações, estados, países, governos, organismos internacionais quanto uma dada visão de mundo assentada na expectativa de reordenação dos jogos políticos favorecedores de nações e pessoas pobres⁹ de modo geral.

Tanto é assim que os formuladores do relatório de 1992 reivindicam como necessária a criação de “um governo internacional que, entre outras coisas, possa encontrar formas de moderar tais flutuações e permitir aos países em desenvolvimento seguir um curso estável e produtivo” (RDH, 1992: 122). Os elaboradores do RDH de 1992 tentavam colocar na agenda a necessidade de mudanças que impactassem várias configurações (estados, governos e organismos internacionais) e faziam isso condensando um amplo debate havido ao longo da segunda metade do século XX sobre desenvolvimento. Atente-se para o que consta no relatório:

A análise demonstra que os mercados internacionais não são muito amigáveis com as nações pobres nem com as pessoas pobres. Os países em desenvolvimento ingressam nos mercados em qualidade de sócios desiguais e obtêm recompensas desiguais. Seu caminho tem obstáculos precisamente em áreas nas que desfrutam de uma vantagem comparativa, como as manufaturas que utilizam mão de obra intensiva. (...) Aos governos nacionais compete a responsabilidade principal de acelerar o crescimento econômico e elevar os níveis de desenvolvimento humano. A menos que melhorem os governos nacionais, pouco poderão as reformas internacionais beneficiar as pessoas pobres (RDH, 1992: 159).

Os formuladores dos RDHs externam uma compreensão do momento histórico no qual contemplam a impossibilidade de conduzir o debate e as propostas sobre o desenvolvimento

⁹ Não se deve supor que estas discussões são novas. Elas estão muito presentes nos debates sociológicos e políticos conhecidos como Sociologia do desenvolvimento, do subdesenvolvimento, do terceiro mundo e da dependência. Inúmeros intelectuais se dedicaram com afínco a estas questões. Entre eles: Celso Furtado (1966; 1967; 1976); Mahbud Ul Haq (1963; 1978; 1995); Paul Streeten (1982; 1988); Sen (1981; 1984); Raúl Prebisch (1968); Georges Balandier (1976), (Cardoso e Faletto, 1981).

humano sem se ater aos diversos jogos de forças e de conflitos sustentados na arena política¹⁰. Os argumentos, as narrativas e as ideias tanto explicitam um embate entre propostas, diagnósticos e prescrições quanto revelam os impactos das desigualdades de forças entre grupos, organizações e instituições quando se tem o objetivo de alcançar avanços consideráveis no desenvolvimento humano. As dificuldades de que ocorram mudanças favoráveis aos mais pobres (países e pessoas) envolvem, acima de tudo, uma distribuição de poder inequivocamente desigual sob todos os aspectos.

Transparece nos relatórios que seus autores e encampadores tentam convencer governantes, estados, sociedade civil e organismos internacionais de que estes desequilíbrios de poder podem ser, ao menos em alguma medida, revertidos. Eles expõem uma narrativa acerca da possibilidade de superar as inelásticas condições de distribuição do poder que vigoram no limiar do século XXI. Assim como a “Declaração do Milênio”, de 2000, também os RDHs se empenham em difundir uma perspectiva otimista acerca dos anos vindouros. A persistência dos desequilíbrios de poder parece removível de algum modo. É assinalada, no interior dos documentos, como uma grande vantagem da atualidade, a possibilidade desse desequilíbrio de poder estar sendo discutido, de alguma forma, no âmbito de um documento encomendado por um organismo internacional. Aparece ainda como algo de grande relevância política o fato de as desigualdades serem tratadas como fruto dos desequilíbrios de poder entre as diversas nações, regiões, continentes e hemisférios¹¹. O RDH de 1996 traz a seguinte observação:

Nos últimos 30 anos, o crescimento mundial da renda tem-se distribuído muito desigualmente, e a desigualdade está aumentando. Se for examinada a participação relativa (...) dos 20% mais ricos da população mundial e a dos 20% mais pobres, entre 1970 e 1991, a proporção que corresponde aos 20% mais ricos aumentou de 70% da renda mundial para 85%, [enquanto], a dos 20% mais pobres reduziu de 2,3% para 1,4% (RDH, 1996: 15).

Há uma narrativa sobre o desenvolvimento humano que se cerca de argumentos sobre a perversidade da manutenção de desigualdades e de pobreza extremas. Esses argumentos vão desde o âmbito internacional até o local com o objetivo de demonstrar como se dá o processo de produção e reprodução da insegurança humana¹². Não há dúvida de que a ordem econômica e política mundial, instaurada após a Segunda Guerra e redefinida nos anos noventas em razão da globalização tecnológica e financeira, tem de ser tomada como o pano de fundo das narrativas tanto sobre o desenvolvimento social quanto sobre o desenvolvimento humano.

¹⁰ A diretora dos RDHs diz que eles são “um exercício em avaliação global de desenvolvimento” (Fukuda-Parr, 2002: 5).

¹¹ Conforme atesta a diretora dos RDHs, Fukuda-Parr (2002), as ideias de A. Sen funcionam como uma espécie de moldura para os RDHs. Isto é visível quando comparamos as proposições dos elaboradores dos relatórios com afirmações como estas: “Se as oportunidades econômicas forem mais compartilhadas, os frutos do crescimento econômico também serão” (Sen, 2001:12). Ver ainda: (Sen, 1999; 2008; 2010; 2011)

¹² “A instabilidade econômica [seja ela no mundo rural e/ou urbano] contribui para a insegurança e a pobreza” (RDH, 2003: 80).

A pobreza extrema e as desigualdades sociais não são novidade que aparece a partir da segunda metade do século XX¹³. Todavia, deve-se indagar por que razão um organismo internacional - as Nações Unidas através do PNUD, juntamente com intelectuais como Mahbud Ul Haq e Amartya Sen - concebe e põe em prática a feitura de relatórios que têm como finalidade direcionar o debate sobre pobreza e desigualdades no mundo atual? Evidentemente, do ponto de vista político, não há dúvida de que a narrativa em torno da necessidade de levar o desenvolvimento humano para diversas partes do mundo contém muitas faces e acumula muitos objetivos. Ela é multidimensionalmente orientada para muitos propósitos. Desde alcançar melhorias na educação, na saúde, nas condições de moradia, de empregabilidade, de saneamento e de renda. Daí suas diversas faces orientadoras de objetivos múltiplos que vão desde incentivar ações da sociedade civil e de lideranças políticas e governamentais diversas até causar constrangimentos regionais, nacionais e internacionais para aqueles setores que agem com desprezo absoluto às avaliações e evoluções medidas através do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Embora muitos setores (políticos ou não) tentem fazer vistas grossas aos conteúdos dos RDHs, fica evidente que é cada vez mais frequente a necessidade dos líderes políticos e governamentais responderem às demandas postas nos documentos do PNUD, os quais possuem argumentos e dados que dificultam o agir com indiferença em relação a eles. Isto tem criado, sem dúvida, constrangimentos para governantes e políticos que tentam fazer de conta que o que é posto nos RDHs é somente um amontoado de impertinências sem sentido algum.¹⁴

É por essa e outras razões que se considera necessário analisar as narrativas e os argumentos no interior dos relatórios em razão de sua consonância com um dado contexto sócio-histórico capaz de revelar os muitos jogos configuracionais tornados evidentes no modo de encadeamento da estrutura argumentativa que compõe os relatórios. Em síntese, pode-se afirmar que os argumentos em prol do desenvolvimento humano se põem em consonância com as condições sociais e históricas decorrentes dos embates políticos entre diversas figurações (estados, governos, organismos internacionais) e organizações diversas (sindicatos, partidos, movimentos sociais e outras associações) da sociedade civil. Os dois trechos abaixo, do RDH de 2003, ilustram isso, pois, durante as últimas décadas, têm sido discutidas tanto a correspondência entre o aumento das desigualdades e a instabilidade social quanto a necessidade de aplicação das receitas governamentais preferencialmente em áreas onde vivem os mais pobres.

Em muitos países, a desigualdade dos ativos e, em particular, do rendimento parece estar a subir. (...) Se persistirem, os aumentos agudos da desigualdade podem ter efeitos terríveis no desenvolvimento humano e na estabilidade social (RDH, 2003: 39).

É mais provável que o crescimento beneficie as pessoas pobres se tiver uma base ampla, em vez de se concentrar apenas nalguns setores ou regiões, se for trabalho-intensivo (como na agricultura, ou no vestuário) em vez de capita-intensivo (como no petróleo) e

¹³ Goran Therborn (2001) demonstra, através de alguns dados, as diversas faces das desigualdades ao longo do século XIX e XX.

¹⁴ Um político brasileiro com anos de atuação, alianças e controles sobre territórios e pessoas veio a público recentemente para criticar o IDH, pois este apontava para uma situação significativa de atraso nos indicadores sociais de um dos estados brasileiro, o Maranhão. Segundo ele, este índice “foi criado para beneficiar ‘países imperialistas’” (Sarney apud Painel. Folha de S. Paulo, 2014: 4).

se as receitas governamentais forem investidas no desenvolvimento humano (como saúde básica, educação, alimentação e serviços de água e saneamento) (RDH, 2003: 6).

Se a interpretação dos textos que compõem os RDHs só pode ser feita levando-se em conta o contexto no qual eles têm sido produzidos, fica evidente que nada, no seu interior, está ali por uma simples casualidade. Goran Therborn (2001) faz algumas considerações que ajudam a compreender como e por que, num dado momento, surge um tipo de narrativa e de argumentação sobre a urgência de buscar o desenvolvimento humano. Ele assinala:

A globalização implica, obviamente, em que a desigualdade entre a humanidade global esteja recebendo mais atenção. Somente com o desenvolvimentismo pós-Segunda Guerra Mundial, a desigualdade entre as nações do mundo recebeu atenção pública. A atual onda de globalização está provocando a comparação entre outras categorias humanas, como as mulheres do mundo, as crianças do mundo, domicílios em todo planeta (Therborn, 2001: 132).

Inúmeros argumentos que aparecem nos RDHs acerca do desenvolvimento humano expressam os caminhos que tem tomado este debate público sobre as desigualdades entre nações e entre grupos dentro de uma mesma nação. No interior dos embates acerca das muitas formas (de gênero, de rendimento, de escolarização, de condição étnico-racial, de participação política, de acesso à saúde, à justiça, entre outras) de expressão das desigualdades atuais é que se formam as condições para a sustentação dos diagnósticos e prescrições que se encontram nos relatórios. Há, sem dúvida, uma hermenêutica de mão dupla em que o debate público e a atenção pública para alguns problemas sociais alimentam e legitimam os encaminhamentos e propostas encampados pelo documento em questão.

Os mentores e criadores (Ul Haq e A. Sen) dos RDHs estiveram atentos para um debate que se desenrolou, durante décadas, entre intelectuais, lideranças políticas e movimentos sociais, acerca do que se constitui como mais relevante para a busca de solução de muitos males sociais que afetam parte expressiva dos indivíduos: a pobreza e/ou as desigualdades. Se bem que, nas últimas décadas do século XX, as desigualdades parecessem ganhar prevalência sobre as questões relacionadas com a pobreza, aqueles (Ul Haq e A. Sen, por exemplo) que encabeçaram inicialmente a feitura destes documentos já vinham, desde a década de 1960 e 1970, insistindo que a diminuição da pobreza extrema teria de ser objeto de ações e políticas urgentíssimas. Isto levou em alguns relatórios e em algumas ocasiões, até mesmo, a uma prevalência de sugestões e propostas para diminuição da pobreza multidimensional. Este embate sobre o que deveria ter preponderância nas agendas políticas, se a desigualdade, se a pobreza e/ou ambas, alinhava, de certa forma os argumentos e narrativas constantes nos RDHs.

Essas narrativas não estão descoladas de um contexto sócio-histórico no qual, no decorrer do século XX e no início do XXI, se têm produzido inúmeros argumentos sobre a relevância de os governantes, técnicos, intelectuais, lideranças políticas, movimentos sociais, entre outros, preocuparem-se “com a desigualdade, em vez de apenas com a pobreza” (Therborn, 2001: 132). Todavia, os elaboradores dos RDHs têm construído uma forma de abordagem na qual se tenta demonstrar que é mais viável ter como foco central a pobreza extrema e dela partir para outras demandas que, de forma direta ou indireta, repercutiria no combate às desigualdades não só de

renda, mas também de acesso à escolarização e à saúde. É claro que isto só ocorreria se houvesse um direcionamento neste sentido. “Em países com uma renda média alta e bons índices de crescimento, mas com uma distribuição deficiente, é possível que se requeiram algumas intervenções com objetivos específicos, que favoreçam os segmentos mais pobres da sociedade” (RDH, 1990: 103).

Contribuíram também, como uma orientação para os formuladores dos RDHs, as discussões sobre quais seriam os aspectos das desigualdades que deveriam ser focados, se o objetivo fosse diminuir a pobreza e as desigualdades simultaneamente. Não obstante ter sido objeto de muitas discussões políticas e intelectuais saber se é plausível, ou não, separar as duas situações (pobreza e desigualdade)¹⁵, consta nos documentos um movimento simultâneo tanto para dar destaque à pobreza quanto para não ignorar as desigualdades. Mas, ainda assim, a pobreza parece ter prevalência. A narrativa composta por inúmeras prescrições e propostas sobre a necessária busca do desenvolvimento humano se move no sentido de convencer os diversos interlocutores (estados, governos, organizações da sociedade civil, intelectuais, movimentos sociais e organismos internacionais) que a “preocupação com a desigualdade é mais propícia à auto-organização e mobilização dos próprios desfavorecidos”¹⁶ (Therborn, 2001: 132). No entanto, isso não leva a pressupor que deva ser dada pouca preocupação à pobreza.

Argumenta-se, enfaticamente no interior dos RDHs, que o combate à pobreza, em suas muitas dimensões, se constitui um caminho plausível para que os próprios pobres busquem formas de sair da pobreza. Não há dúvida que os formuladores dos RDHs têm como moldura “uma perspectiva igualitária moral”¹⁷ (...) [que sustenta] que a desigualdade dos pobres é a mais relevante, [razão por que o seu combate] (...) é, a tarefa mais importante para a mudança, já que [eles são excluídos] da participação integral na sociedade dominante.” (Therborn, 2001: 133). Observem-se as seguintes passagens dos documentos:

A mudança da equação do poder exige a organização de uma força de contrapeso ou até mesmo uma revolução. As organizações populares, trate-se de cooperativas de agricultores ou de associações de vizinhos, ou de grupos de consumidores, representam algumas das fontes mais importantes do poder de contrapeso (RDH, 1993: 34).

Os êxitos na erradicação da pobreza humana dependem principalmente da capacidade das pessoas para articular suas demandas e mobilizar-se em prol da ação coletiva.

¹⁵ Atkinson (1998) no livro “Poverty in Europe” demonstra que era “perfeitamente possível preocupar-se com uma delas [pobreza e/ou desigualdade] sem se concentrar com a outra” (Scott, 2010: 160).

¹⁶ A expectativa de ampliação da participação política está registrada em todos os RDHs. Ela está inscrita na defesa de uma ordem mundial na qual deveria vigorar um sistema de “governança, [a qual] é equacionada em três dimensões – segurança, capacidade e inclusão. A dimensão de segurança é abordada na ótica de duas medidas, genericamente complementares, de aferição da probabilidade de eclosão de um conflito interno e vulnerabilidade ao conflito. A dimensão da capacidade é abordada sob o prisma da capacidade dos governos para mobilizar recursos e aplicar de forma eficiente. A dimensão de inclusão é analisada na ótica da democraticidade das instituições e também de uma inclusão mais alargada” (RDH, 2013: 209).

¹⁷ São indiscutíveis as influências de A. Sen (1999; 2001; 2008; 2010; 2011) sobre essa perspectiva abraçada pelos relatórios. Ele diz: “A ligação entre investimento social e o fim da pobreza é muito forte. Funciona direta e indiretamente. A forma direta que quero enfatizar que, quando se gera mais educação, mais saúde, isso em si é uma eliminação da pobreza, pois pobreza não é apenas baixa renda, [é] também (...) analfabetismo, [é] também (...) não ter tratamento médico, quando necessário. (...) Se as oportunidades econômicas forem mais compartilhadas, os frutos do crescimento econômico também serão” (Sen, 2001: 12).

Separados e dispersos, os pobres não têm poder nem influência diante das decisões políticas que afetam sua vida, mas organizados têm poder para assegurar atendimento de seus interesses. Agrupados eles podem influir na política estatal, impulsionar a alocação de recursos adequados às prioridades do desenvolvimento humano, mercados mais favoráveis às pessoas e crescimento econômico em benefício dos pobres (RDH, 1997: 108).

Os indivíduos e os grupos podem fazer muito por sua própria conta na luta contra a pobreza, mas muito dependerá da atmosfera criada pela ação governamental. Cabe ao Estado um papel central, não somente com sua atividade senão ademais com sua influência sobre muitos outros elementos da sociedade. E o chamado a mobilização popular não deve ser uma justificativa para que o Estado renuncie as suas responsabilidades (RDH, 1997: 114).

Os argumentos arrolados nos RDHs acerca da necessidade de que haja um consenso social, entre os diversos segmentos, com o objetivo de que ganhem espaços, na agenda pública, políticas geradoras de habilitação e capacitação (não somente profissionais, mas também políticas), estão inteiramente de acordo com a perspectiva de que o combate à pobreza poderá levar os pobres a criar formas de escapar da pobreza. Esse tipo de expectativa pode ser criticado como enaltecimento das tentativas de encarregar os próprios pobres de resolver problemas sistêmicos nos quais estão mergulhados¹⁸. Desde os primeiros RDHs, vê-se que seus elaboradores tentam desviar-se deste tipo de acusação. Veja-se o que eles argumentam no RDH de 1993:

No presente relatório, a diferença decisiva consiste em que [assinalar] a participação como uma estratégia global de desenvolvimento, centrando-se no papel fundamental que devem desempenhar as pessoas em todas as esferas da vida. O desenvolvimento humano implica ampliar suas opções, e uma maior participação permite que as pessoas possam por si mesmas acercar-se de uma gama muito mais ampla de oportunidades. A pessoa pode participar individualmente ou em grupos. Individualmente, em uma democracia, as pessoas podem participar como votantes ou, até mesmo, como ativistas políticos, ou no mercado como empresários ou trabalhadores. (...) Não obstante, participam de forma mais efetiva por intermédio de um grupo: como membro, talvez, de uma organização da comunidade, ou de um sindicato, ou de um partido político (RDH, 1993: 25).

A análise histórico-hermenêutica dos RDHs leva à compreensão dos inúmeros movimentos argumentativos feitos no interior dos textos. Todos esses investimentos para convencer as diversas configurações sociais estão carregados de significados políticos. Ao defender a geração de formas de medir o quanto as pessoas são excluídas da possibilidade de participar da vida política, os produtores e encampadores dos relatórios defendem a criação do MPC (Medida de Privação de Capacidade) que tem o seguinte objetivo:

¹⁸ Bauman (1999; 2000; 2001) tem discutido isto.

Em vez de analisar a situação média das capacidades humanas, como faz o IDH, a nova medida de privação de capacidade reflete a porcentagem de pessoas que carecem de capacidades humanas básicas ou minimamente essenciais, as quais são ou um fim em si mesmas, ou necessárias para elevar o indivíduo do nível de rendimento de pobreza e sustentar o desenvolvimento humano. O MPC reflete a proporção de crianças com menos de cinco anos com peso abaixo do normal, (...) a proporção de nascimentos não assistidos por pessoal de saúde especializado (...) e a taxa de analfabetismo feminina (RDH, 1996: 2).

É possível dizer que esse tipo de narrativa feita pelos elaboradores dos documentos tem o propósito de encontrar elementos que sejam capazes de levar a ideia de desenvolvimento humano para o patamar da sustentabilidade, não só econômica, mas também política. Não sendo suficiente restringir o enfoque do desenvolvimento ao âmbito puramente econômico, portanto, também não é suficiente elevar o rendimento sem considerar outros fatores, tais como: a expectativa de vida e o bem-estar das crianças, a escolarização de homens e mulheres, o acesso a atendimento médico, a medicamentos, à moradia, a saneamento e à água potável para todos os indivíduos.

À primeira vista, é inquestionável que se trata de metas de grande importância que se desenharam no horizonte em decorrência de muitos embates políticos na segunda metade do século XX. Talvez o que os documentos embaralham, ao fazerem propostas, diagnósticos e prescrições para alcançar o desenvolvimento humano, é que as ideias e as metas de sustentabilidade parecem, muitas vezes, estar sendo postas em prática, e estar sendo atingidas, embora isto seja desmentido, no interior de relatórios subsequentes, pelas condições sociais vigentes. Não é incomum encontrar trechos que põem em xeque algo que se dava como certo em RDHs anteriores. Isto é parte das tarefas espinhosas de sugerir ações e medidas em meio a um processo que está se desenrolando no presente momento, de cujos rumos não se têm qualquer certeza.

Melhor dizendo: como saber se as configurações estados-nações, governantes, organizações da sociedade civil e organismos internacionais darão, nos anos subsequentes, quaisquer apoios para garantir ações e procedimentos que impulsionem a sustentabilidade do desenvolvimento humano. É, de fato, impossível saber, pois, conforme afirma Norbert Elias (1998; 1999), para cada processo planejado existe um não planejado concomitante.

Todavia, o desenvolvimento humano aparece no interior dos RDHs, algumas vezes, como uma fé social de que todos os grupos deveriam partilhar e/ou, até mesmo, partilham. Evidentemente, esta pode ser uma expectativa dos elaboradores dos relatórios, a qual é compartilhada por alguns setores sociais, mas está muito longe de ser algo que, de fato, tenha importância, para uma grande parcela da população mais abastada. Se o desenvolvimento humano é um valor que tem por objetivo reforçar outros valores (tais como: justiça social e direitos)¹⁹, vê-se que as narrativas postas nos RDHs parecem sobrepor o desejado ao que existe de fato em relação às

¹⁹ “Uma das contribuições de Sen foi a diferenciação que ele fez entre os conceitos de igualdade e de equidade. Par ele, igualdade é um valor moral, enquanto equidade é uma questão de justiça. A igualdade enquanto ideia abstrata não tem força, mas a equidade é uma expressão de justiça social, a qual se destina a corrigir desigualdades que podem ser evitadas na distribuição das capacidades dos indivíduos, que são de responsabilidade social ou coletiva” (Médice, 2011: 72).

possibilidades de alcançar, no curto e médio prazo, sustentabilidade dos processos de desenvolvimento humano²⁰. Veja-se o que trazem alguns RDHs:

(...) Considera-se a participação como uma estratégia global de desenvolvimento, centrada no papel fundamental que devem desempenhar as pessoas em todas as esferas da vida. O desenvolvimento humano implica ampliar opções, e uma maior participação permite que as pessoas possam por si mesmas ascender a uma gama muito mais ampla de oportunidades (RDH, 1993: 25).

Conflitos violentos arruinam a vida de centenas de milhões de pessoas. São uma fonte de violações sistemáticas dos direitos humanos (...). A natureza dos conflitos alterou-se e emergiram novas ameaças à segurança coletiva. Num mundo cada vez mais interligado, as ameaças colocadas pelo fracasso na prevenção de conflitos, ou no aproveitamento das oportunidades de paz, atravessam inevitavelmente as fronteiras nacionais. Uma cooperação internacional mais eficaz podia ajudar a eliminar a barreira ao progresso dos ODMs criada pelos conflitos violentos, produzindo as condições para o desenvolvimento humano acelerado e a verdadeira segurança²¹ (RDH, 2005: 16).

Esta passagem do relatório de 2005 indica que os argumentos em prol do desenvolvimento humano são baseados em uma forte expectativa de cooperação local, regional e internacional. São ideais, metas e desejos que vêm para um primeiro plano no interior dos RDHs. Ou seja, o que os formuladores dos documentos concebem como algo que deve ser, acaba, no interior da narrativa do desenvolvimento humano, aparecendo como algo que está ocorrendo e/ou em vias de ocorrer. É o que afirma Norbert Elias:

[na] fase presente, o termo ‘humanidade’ refere-se cada vez mais a uma unidade social em curso, claramente estruturada e internamente coerente – a uma rede cada vez mais intimamente entretecida de número relativamente pequeno (cerca de 150) de estados. Perceber isto exige certamente considerável esforço de distanciamento. Pode muito bem ser conhecido por um grande número de seres humanos o fato de que o destino da humanidade está no equilíbrio. Os líderes dos estados participantes, particularmente dos estados mais poderosos no presente, são, entretanto, ainda incapazes de agir sobre esse conhecimento. Suas ações são animadas por conhecimento centrado no estado ou, em outras palavras, autocentrado. (...) Não só os governos, mas também a maioria da população, [desses] estados mostram-se até agora incapazes de ascender a um nível de distanciamento do qual possam perceber o mundo humano como tal, como uma unidade cada vez mais integrada” (Elias, 1998: 103-104).

²⁰ “As consequências do desenvolvimento humano têm sido profundas: a percentagem de indivíduos que vivem em situação de pobreza extrema diminuiu de 43,1% em 1990 para 22,4% em 2008” (RDH, 2013: 12).

²¹ Percebe-se que os produtores dos RDHs desejam enfatizar que a verdadeira segurança é a humana, pois somente ela garante melhorias de acesso à renda, à saúde, à educação, à participação social e política, à diminuição das desigualdades de modo geral e o crescimento sustentável e capaz de favorecer os mais pobres.

Pode-se dizer, então, que a narrativa do desenvolvimento humano está sendo construída em cima de um pressuposto chave no mundo atual: as relações de interdependência que conectam, de um modo ou de outro, isto a que se convencionou chamar humanidade. Os diagnósticos e prescrições constantes nos RDHs estão calcados nesta convicção. Daí a luta para formular uma agenda de políticas que leve em conta os mais diversos segmentos sociais. Os mais pobres ganham maior relevância em vista de todas as evidências de que eles não têm sido levados, devidamente, em conta em uma determinada lógica econômica e política da atualidade. Assim, há uma agenda visível de ações direcionadas a estes segmentos. Todavia, a análise histórico-hermenêutica revela também que os relatórios têm o objetivo de criar, ora mais ora menos explicitamente, um sistema de alerta aos estados, governos, organismos internacionais e lideranças políticas, de modo geral, de que poderá estar em curso crises cujos efeitos e consequências são ainda inimagináveis.

Considerações Finais

Os Relatórios do Desenvolvimento Humano registram um intrincado de ideais, orientações, metas, disposições, atitudes, diagnósticos, propostas, prescrições, ideais, valores, ideologias, representações, perspectivas, expectativas, interesses, crenças, pensamentos e perspectivas. Decifrar todos esses elementos nos argumentos e narrativas não é tarefa fácil. Exige desde um debruçar demorado sobre as condições históricas que estão na base da produção dos textos, editados anualmente pelo PNUD, até uma análise apurada das narrativas e argumentos que têm ganhado espaço nos documentos e têm indicado alguns caminhos para uma interpretação do significado das propostas e prescrições feitas com o intuito de alcançar o desenvolvimento humano.

Partiu-se do pressuposto de que os RDHs somente podem ser compreendidos se forem inseridos num dado contexto sócio-histórico. Isoladamente, eles podem parecer algo que não são, já que se faz necessário entendê-los conforme uma lógica na qual age uma multiplicidade de figurações (estados, nações, governos, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e inúmeras associações e agrupamentos sociais) que têm suas ações circunscritas a algumas condições somente compreensíveis através de uma abordagem sócio-histórica. Concentração de poder e de riqueza, ameaças de desestabilização social, possibilidades de emergência de conflitos, guerras e rebeliões, ampliação das relações de interdependência global, deslocamentos de grupos populacionais inteiros de uma localidade a outra, explicitação mais e mais evidente das diferenças e diversidades culturais, crises econômicas e políticas frequentes, crescimento de uma consciência sobre as causas e as consequências da pobreza extrema são alguns elementos sócio-históricos que compõem as molduras dentro das quais vão se produzindo os RDHs.

Pode-se argumentar que vários desses elementos têm estado presentes ao longo da história da humanidade. Concentração de poder e de riqueza, enormes cifras de pessoas que vivem em situação de pobreza extrema, migrações e desigualdades podem ser encontradas em muitos momentos históricos. Todavia, a análise dos relatórios impõe uma pergunta: Qual é o significado social e político de haver, no final do século XX e no limiar do XXI, um organismo internacional com a incumbência de registrar inúmeros dados, análises, diagnósticos, propostas e prescrições acerca de uma necessidade premente de expandir a participação política, a democracia, o acesso à educação, à saúde, aos direitos e à segurança humana? Norbert Elias auxilia nesta resposta ao afirmar:

A tecnização contribui para a aproximação e a unificação da humanidade. Entretanto, quanto mais se avança nessa direção, mais evidente se tornam as diferenças entre os

grupos humanos. A crescente integração da humanidade, a progressiva interdependência de todos os subgrupos humanos, manifesta-se não apenas numa série de instituições globais tais como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas, mas também em tensões e conflitos específicos relacionados a esse contato mais intenso (Elias, 2006: 62).

A análise histórico-hermenêutica poderá ajudar a decifrar os muitos significados dos argumentos, narrativas e propósitos explícitos e não explícitos que têm vindo à tona nas condições postas acima por Elias. Não se deve supor que seja possível responder o que foi perguntado no parágrafo anterior com uma análise circunscrita aos significados das estruturas internas do próprio texto. Muitas vezes, a análise hermenêutica pode ser concebida como aquela que está voltada somente para um desvendamento interno do texto com o objetivo de verificar o que ele está ocultando através de uma determinada estrutura de argumentação. Acredita-se que nem sempre o que está oculto é o mais relevante.

No caso dos RDHs, supõe-se que eles externam, através dos argumentos e narrativas, além de muitos interesses, embates e conflitos, a tentativa de colocar as Nações Unidas como uma peça-chave nos jogos configuracionais que se têm desenrolado na atualidade. Há uma evidente percepção, sugerida nos documentos, de que a humanidade é una, interligada e interdependente; portanto, as ações, os procedimentos e as agendas públicas devem levar isto em consideração.

O desafio é, então, compreender, interpretar e explicar os RDHs por meio de um dado contexto histórico, de uma dada estrutura narrativa e de um conjunto de dados que têm sido analisados em vários outros artigos (Rezende, 2011; 2012; 2012^a; 2013; 2014; 2014^a) direcionados a contemplar inúmeras temáticas que têm sido abordadas ao longo das últimas duas décadas e meia.

Referências Bibliográficas

- Atkinson, Anthony B (1998). *Poverty in Europe*. Oxford: Blackwell.
- Balandier, Georges (1976). *As dinâmicas sociais: sentido e poder*. São Paulo: Difel.
- Bauman, Zygmunt (2000). *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Zygmunt (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Zygmunt (2010). Hermenêutica e teoria social moderna, in Ribeiro da Silva, Fábio R. *Realismo e redes: dilemas metodológicos na obra de Anthony Giddens*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Bauman, Zygmunt, (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Cardoso, Fernando H.; FALETTTO, Enzo (1981). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Dias, Maria Odila Silva (1998). Hermenêutica no cotidiano: na historiografia contemporânea. *Proj. História*, São Paulo, n.17, pp. 223-258.
- Dilthey, Wilhelm (1942). *Introduction à l'Etude des Sciences Humaines*. Paris : PUF.
- Dilthey, Wilhelm (1988). *Edificação do mundo histórico dans les sciences de l'Esprit*. Paris: CERF.
- Elias, Norbert (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- Elias, Norbert (1994^a). *Teoria simbólica*. Oeiras: Celta Editora.
- Elias, Norbert (1998). *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Elias, Norbert (1999). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições Setenta.
- Elias, Norbert (2001). *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Foucault, Michel (2004). *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, Michel (2005). *Ditos e escritos. Arqueologia das Ciências Humanas e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- Foucault, Michel (2013). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- Fukuda-Parr, Sakiko (2002). Operacionalizando as ideias de Amartya Sen sobre capacidades. Disponível em: www.soo.sdr.sc.gov.br/index.php?option=com_docman...70. Acesso em 11/12/2012.

Uma abordagem histórico-hermenêutica dos relatórios do desenvolvimento humano... María José Rezende

- Furtado, Celso (1967). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Cia Nacional.
- Furtado, Celso (1976). *A economia latino-americana*. São Paulo: Editora Nacional.
- Furtado, Celso (1996). *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Giddens, Anthony (1989). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Giddens, Anthony (1996). *Novas regras do método sociológico*. Lisboa: Gadiva.
- Johnson, Allan (1997). Hermenêutica. In Allan, Johnson (ed.) *Dicionário de Sociologia: Guia prático da linguagem sociológica* (pp.123-134). Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- Médice, André (2011). Propostas para melhorar a cobertura, a eficiência e a qualidade no setor saúde, in Bacha, E. e Schwartzman, S (orgs.) *Brasil: a nova agenda social*. Rio de Janeiro: LTC.
- Peres Júnior, Miguel; Pereira, José R.; Oliveira, L.C (dezembro 2012). Dupla hermenêutica no campo da gestão social: evidências empíricas no âmbito do colegiado do território da cidadania Sertão de Minas. In *Anais do XII Colóquio Internacional Poder Local, desenvolvimento e gestão social de territórios*, Salvador (Ba), Brasil. Disponível em: <http://www.researchgate.net>. Acessado em 11 de jul.2014.
- Prebisch, Raúl (1968). *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira (2008). Análise de documentos em Ciências Sociais, in Lucena, Célia T. et al. (orgs.) *Pesquisa em Ciências Sociais*. Textos CERU, Série 2, n.10.
- Relatório do Desenvolvimento Humano (1997). *Relatório do Desenvolvimento Humano: desenvolvimento humano para erradicar a pobreza*. PNUD/ONU. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1997>. Acessado em 02/02/2014.
- Relatório do Desenvolvimento Humano (1990). Definição e medição do desenvolvimento humano - *Relatório do Desenvolvimento Humano 1990*. PNUD/ONU. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990>. Acessado em 02/06/2014.
- Relatório do Desenvolvimento Humano (1992). *Relatório do Desenvolvimento Humano: Uma nova visão sobre o desenvolvimento humano internacional*. PNUD/ONU. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1991>. Acessado em 03/03/2013.
- Relatório do Desenvolvimento Humano (1993). *Relatório do Desenvolvimento Humano: Participação popular*. PNUD/ONU. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1993>. Acessado em 02/03/2014.
- Relatório do Desenvolvimento Humano (1995). *Relatório do Desenvolvimento Humano: La revolución hacia la igualdad en la condición de los sexos*. PNUD/ONU. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1995>. Acessado em 12/01/2014.
- Relatório do Desenvolvimento Humano (1996). *Relatório do Desenvolvimento Humano: Crecimiento económico para propiciar el desarrollo humano?* PNUD/ONU. 1996. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1996>. Acessado em 02/07/2014.
- Relatório do Desenvolvimento Humano (2002). *Relatório do Desenvolvimento Humano/2002: Aprofundar a democracia num mundo fragmentado*. PNUD/ONU. Disponível em: <http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2002/download/pt>. Acessado em 02/12/14.
- Relatório do Desenvolvimento Humano (2003). *Relatório do Desenvolvimento Humano/2003: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana*. PNUD/ONU. Disponível em: <http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2003/download/pt>. Acessado em: 11/02/14.
- Relatório do Desenvolvimento Humano (2005). *Cooperação internacional numa encruzilhada*. PNUD/ONU, Disponível em: <<http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2005/download/pt>>. Acessado em: 08/07/2014.
- Relatório do Desenvolvimento Humano (2010). *A verdadeira riqueza das nações: caminhos para o desenvolvimento humano*. PNUD/ONU. Disponível em: <http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2010/download/pt>. Acessado em: 11/06/2014.
- Relatório do Desenvolvimento Humano (2013). *A ascensão do sul: progresso humano num mundo diversificado*. PNUD/ONU. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh>>. Acessado em: 20/03/2013.
- Retondar, Anderson M (2008). A (re)construção do indivíduo: a sociedade de consumo como 'contexto social' de produção de subjetividades. *Sociedade e Estado*, v.23, n.1, Brasília, pp.1-18.

Uma abordagem histórico-hermenêutica dos relatórios do desenvolvimento humano... María José Rezende

Rezende, Maria José de (2011). Os Relatórios do Desenvolvimento Humano publicados após a Declaração do Milênio e a perpetuidade da luta entre processos civilizacionais e descivilizacionais. *Enfoques*, Santiago do Chile, IX (14), pp.117-138.

Rezende, Maria José de (2012). As metas educacionais como eixos articuladores dos Relatórios do Desenvolvimento Humano da ONU. *Educação em revista*, Belo Horizonte, v.28, n.4, pp.289-316.

Rezende, Maria José de (2012). Os Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs) e o padrão de intervenção pública na área social: os desafios postos à forma de organização do Estado no Brasil. *Estudios Sociales*, Sonora (México), v.20, n.40, pp.31-65.

Rezende, Maria José de (2013). Os Relatórios do Desenvolvimento Humano e os seus diálogos com alguns estudos sobre desigualdades. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v.47, n.2, pp.211-232.

Rezende, Maria José de (2014). Os Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDH) publicados entre 2004 e 2008: como operar a descentralização e o fortalecimento político e econômico local. *Revista Enfoques*, Santiago (Chile), v.12, n.20, pp. 51-76.

Rezende, Maria José de (2014). Quais agendas de ações de combate à pobreza sugerem os RDHs (PNUD/ONU) para a América Latina?. *Revista de Paz & Conflito*, Granada (Espanha), n.7, p.123-153.

Ricoeur, Paul (1988). *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Ricoeur, Paul (2000). *Teoria da interpretação*. Lisboa: Edições 70.

Rudiger, Francisco (2009). *Ciência social crítica e pesquisa em comunicação: trajetória histórica e elementos de epistemologia*. Porto Alegre: Gattopardo. Disponível em: [HTTP://archive.org/stream/cienciasocialcriticaepesquisaemcomunicacao](http://archive.org/stream/cienciasocialcriticaepesquisaemcomunicacao). Acesso em 10/06/2014.

Sampaio Da Silva, Rui (2013). O círculo hermenêutico e a distinção entre Ciências Humanas e Ciências Naturais. *EKSTASIS*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, pp.54-72.

Sarney, José (2014). In Franco, Bernardo Mello. Culpa da ONU. Paineis *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 jul. CA, p.4.

Scott, John (2010). Ideologia e hegemonia, in Scott, John (org.) *Sociologia: conceitos-chaves*. Rio de Janeiro: Zahar.

Sebastião, João (2013). Violência na escola, processos de socialização e formas de regulação. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa, n.71, p.23-37.

Sen, Amartya (1981). *Poverty and famine: on essai on entitlement and deprivation*. Oxford: University Press.

Sen, Amartya (1984). *Resources, values and development*. Oxford: Blackwell, Cambridge-MA, Havard University Press.

Sen, Amartya (1999). *Sobre ética e economia*. São Paulo: Cia das Letras.

Sen, Amartya (2001). Entrevista programa Roda Viva da TV Cultura. In Teixeira, Mônica (apresentadora). São Paulo, TV Cultura, Diretor-Chefe Paulo Markun. Disponível em Memória Roda Viva: <http://www.rodaviva.fapesp.br> Acesso em: 02/01/2011.

Sen, Amartya (2008). *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record.

Sen, Amartya (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras.

Sen, Amartya (2011). A ideia de justiça. São Paulo: Cia das Letras.

Soares, Luiz Eduardo (1988). Hermenêutica e Ciências Humanas, in *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n.1, pp.100-142.

Souza Santos, Boaventura (1989). Metodologia e hermenêutica I e II, in Souza Santos, Boaventura *Introdução a uma Ciência pós-moderna*. Porto: Edições Afrontamento.

Streeten, Paul (1982). *Fronteras de los estudios sobre el desarrollo*. México: Fondo de Cultura Económica.

Streeten, Paul (1988). As agruras do sucesso, in Foxley, A; Mcpherson, M e O'Donnell, G. (orgs.) *Desenvolvimento, política aspirações sociais: o pensamento de Albert Hirschman*. São Paulo: Vértice.

Therborn, Goran (2001). Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. *Sociologias*, n.6, p.122-169, jul/dez.

Thompson, John (1995). *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes.

Tralhão, Regina (2009). O sujeito no pensamento social: a hermenêutica e as Ciências Sociais e Humanas. *Interações*, Lisboa, n.16, pp.7-51. Disponível em: www.interacoes.com/index.php. Acesso em 10/06/2014.

Uma abordagem histórico-hermenêutica dos relatórios do desenvolvimento humano...
María José Rezende

Ul Haq, Mahbub (1963). *The strategy of Economic Planning*. Nova York: Oxford University Press.

Ul Haq, Mahbub (1978). *A Cortina da pobreza: opções para o terceiro mundo*. São Paulo: Nacional.

Ul Haq, Mahbub (1995). *Reflections on Human Development*. Nova York: Oxford University Press.